



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA FAZENDA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA E DE RECEITAS EXTRA TRIBUTÁRIAS

DÍVIDAS PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	VALORES EM 31.12.2009
1. DÍVIDA EXTERNA	R\$ 83.723.946

1.1.- BID - Empréstimo contraído em 13/04/88, prazo de 16 anos, destinado a construção de rodovias alimentadoras, executadas pelo DERGO. Valor de US\$ 98.200.000,00 - prestações semestrais, abril/outubro - Principal de - R\$ 714.050,00. Juros e Encargos de - R\$ 92.827,00 Vencimento em 2013. R\$ 4.998.352,00

1.2.- BIRD / Banco do Brasil - Empréstimo contraído em 16/01/2002, prazo de 120 meses, destinado ao Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária executado pela AGETOP. Valor de US\$ 65.000.000,00 - prestações semestrais fevereiro/agosto – Principal de - R\$ 5.623.069,00. Juros e Encargos de – R\$ 1385.571,00. Vencimento em 2016, R\$ 78.725.594,00.

2 - DÍVIDA INTERNA **R\$ 11.365.178.749,00**

2.1 - *B. Brasil - Lei 7976/89* - Votos 340/87 e 548/87 do CMN, refinanciando o prazo de pagamento das operações de créditos internos por 20 anos. Contrato quitado em 2009.

2.2 - *B. Brasil - Lei 7976/89* - Empréstimo Ponte - refinanciamento pela União, da dívida externa da Administração Direta e Indireta, no montante de US\$ 118,796,413.52, correspondente ao saldo em 01/01/90, referente as operações contratadas até 31/12/88, com garantia do Tesouro Nacional, por um prazo de 20 anos. Em 30.12.97 o Estado assumiu os contratos da CELG e SANEAGO no valor de US\$80,625,171.48. Contrato quitado em 2009.

2.3 - *B. Brasil - DMLP* - Renegociação da União com Bancos Privados Externos em 1994 no valor de US\$ 245,541,807.08 referente as operações contratadas a partir de 1980. Em 30.12.97 o Estado assumiu os contratos da CELG e SANEAGO no valor de US\$135,127,586.30. Pagamento semestral em abril/outubro de R\$ 25.513.211,00. **R\$ 351.406.188,00**

2.4 - *B. Brasil - Lei 8727/93* - Contrato de refinanciamento das dívidas do Estado com a União, inclusive das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, contraídas até 30/09/91 com prazo de 20 anos, prorrogáveis por mais 10 anos. Foram refinanciados 325 contratos e do saldo existente em julho/93, 68,1% referiam-se a contratos de financiamentos junto à CEF (Saneamento e Habitação), 15,9% BNDES (Rodovias alimentadoras, construção do CEASA e Projeto Rio Formoso), 3,0% BASA (Construção de Armazéns), 5,6% BACEN (CAIXEGO - Reservas monetárias), 6,3% BANCO DO BRASIL\BIB's (obrigações financeiras garantidas pela União junto a Bancos comerciais estrangeiros), 0,8% UNIÃO/BD-GO (Investimentos agro-industriais), 0,3 % UNIÃO/EX-EBTU (investimentos em transporte urbano). Pagamento mensal de R\$ 28.574.708,00 limitado a 11% da Receita Líquida Real - RLR, entretanto seu desembolso só é realizado após cumprir as obrigações previstas na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ou seja Dívida Externa, Lei 7976 (DMLP, Ponte e Votos), FGTS e INSS. Cabe ressaltar que parte da prestação mensal não paga, por força do contrato, reintegra o saldo devedor.

R\$ 7.283.847.070,00

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

VALORES EM 31.12.2009

2.5 - *B. Brasil - Lei 8727/93 - COHAB-GO* - Trata-se de dívidas junto a CEF, assumidas pelo Estado através do B. Brasil, com pagamento mensal de R\$ 1.548.815,00 R\$ 123.122.623,00

2.6 - *B. BRASIL - Lei 9496/97* - Refinanciamento das dívidas mobiliárias, contratuais (BNDES/CEF) e PDV, conforme o Programa de Apoio a Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, com prazo de 30 anos, assinado em 25/03/98 com eficácia em outubro/98. Pagamento mensal de 4% da RLR, com desembolso médio mensal de R\$ 17.004.912,00 deduzidas as obrigações previstas no contrato. Desta forma, o desembolso pactuado com a União atinge a 15% da RLR, correspondente a R\$ 80.000.000,00.

R\$ 3.590.869.235,00

2.7 - *BID/PNAFE* - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados contratado em 17.09.97, valor US\$ 16.320.000,00 em 186 meses, pagamento semestral de R\$ 1.569.676,00.

R\$ 15.933.633,00

3 – OUTRAS OBRIGAÇÕES INTERNA**R\$ 1.168.652.895,00**

3.1 - *FGTS/PARCELAMENTO* – Débitos parcelados em 180 meses em março/94, correspondente ao período de 1967 a 1991 das obrigações da Administração Direta, Autarquias e Fundações. Outros parcelamentos foram realizados inclusive assumindo débitos de suas empresas. Pagamento médio mensal de R\$ 1.113.332,00. R\$ 67.913.242,00

3.2 - *INSS/PARCELAMENTO* – Débitos parcelados em julho/92 em até 240 meses, correspondendo à fase administrativa e judicial dos débitos existentes em 01/09/91 na Administração Direta, Autarquias e Fundações, com vencimento previsto para o ano 2024. Outros parcelamentos foram efetivados pelo Estado, inclusive assumindo débitos de suas empresas. Pagamento mensal de R\$ 8.132.021,00 vinculado ao Fundo de Participação do Estado-FPE comprometendo 6,27%.

R\$ 1.082.889.828,00

3.3 - *PASEP/PARCELAMENTO* - Dívida da Administração Direta parcelada em 72 meses, do período de 01/87 a 01/94. Pagamento suspenso por força de liminar até o julgamento final do processo de compensação de crédito junto ao Conselho de Contribuinte da SRF. R\$ 17.849.825,00

3.4 – *OUTROS* – Existem outras dívidas para com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Receita Federal, principalmente das empresas em liquidação, cujos débitos necessitam de avaliação para parcelamento.

TOTAL**R\$ 12.617.555.590,00**

Dívida Pública 2009

Fonte: Valores trabalhados com base no Livro “Endividamento” dezembro /2009– Secretaria da Fazenda